



É preciso, pois, que os deputados da legislatura vindoura tragam poderes para alterar o art. 5., combinado com os §§ 2.º e 14 do art. 102 e os arts. 41 à 43; assim como para acrescentar deus novos parágrafos ao art. 179 e não basta isto.

É preciso também alterar o art. 20, para que o deputado e senador não possam exercer outros cargos, e muito menos os de ministro e conselheiro do Estado; não só porque não há realimento poderes distintos, exercidos pela mesma pessoa, como porque qualquer dos referidos cargos é bastante pesado para absorver a actividade de um homem, e, além disso, não pede haver fiscalização eficaz e insuspeita, quando o fiscal tiver interesse em achar más as contas do fiscalizado, para succeder a este em uma posição appetecida. É esta a causa principal, que frustra a responsabilidade ministerial, tão necessária ao jogo do sistema representativo; porque *a priori* desmorinalia a acusação, inquinando-a da suspeita de interesse pessoal.

Ainda mais urge, pôr de acordo os §§ 10 e 11 do art. 15 com os arts. 146 e 171, para que não pesse o governo viver sem lei de meios, nem o parlamento aumentar as verbas da sua proposta; assim como proscriver todas as autorizações legislativas, salvas as dos §§ 12 e 13 do mesmo artigo; porque nada há mais frequente nem menos decoroso e mais inconstitucional do que as subdelegações reiteradas e multiformes do nosso parlamento ao poder executivo, ainda depois da restrição salutar d'art. 19 da lei de 25 de Agosto de 1873; porque em todo o caso deveriam ser consideradas medidas de confiança, e, portanto, extintas com a legislatura, que as deseja, ou com o ministério que recebesse-as.

Na moema occasião levaria a fixada a inteligência, aliás obvia do § 2.º do art. 179 (4), para exceptuado o caso do § 11 do art. 102, não ser votada nem nenhuma lei individual, causa absurda e escandalosa, que tem convertido nossa legislatura em uma quasi coleção de rescriptos, e de que tanto se tem abusado em favor de todo o mundo, quem padrinho, inclusivo, com o de-

ção das províncias no senado, bastaria criar mais dous lugares e designar tres para cada província. As que hoje têm maior numero ficariam com os tres mais antigos, e os excedentes entrariam n'um sorteio, que deveria distribuir os pelas províncias, que actualmente dão menos de tres senadores.

(4) Vossa augusta pái, depois de dous annos de experiência, teve a cautela de suprimir a disposição deste parágrafo do art. 143 da carta constitucional portugueza, correspondente ao nosso 1.º 9.

vido respeito, alguns membros da vossa augusta família.

Cumpre também declarar obrigatoria a fusão do art. 61, e fazer efectivamente suspensivo o voto do art. 65, dispensando da sancção imperial os projectos, que, depois de rejeitados pelo poder moderador, passarem por dous terços em cada uma das casas do parlamento.

Além disso, é mister restabelecer o pensamento do legislador, proscrevendo as expressões — poder irresponsável —, que o uso tem consagrado, cedendo à realidade apesar da Constituição, que consagrhou a maxima contraria tantas vezes repetida nos arts. 133, 143, 154, 164 e afinal formulada, como o thesos geral, no § 29 do art. 179.

O proprio poder legislativo é res-

ponsável perante a nação, porque não poderia responder perante os outros que o art. 10 collocou de baixo deile. Mas essa mesma está sujeita à inspecção de Vossa Magestade e ao correctivo temporário do voto, assim como à dissolução da camara dos deputados e ao adiamento e proregação da assembléa geral.

A vossa propria irresponsabilidade pessoal sómente poderá fazer-se efectiva, mediante o restabelecimento do conselho do Estado da Constituição; mas eleito pelo camara dos deputados e com voto preponderante e decisivo no exercicio do poder moderador, salvo o caso do § 6.º do art. 101, que tem seu correctivo natural no parlamento.

Ainda mais: é preciso modificar

o § 8.º do citado artigo, nos termos do § tambem 8.º do art. 142 do projecto da Constituinte, com uma restrição relativa ao perdão dos ministros condenados pelo senado, em virtude da acusação decretada pela camara dos deputados.

E nem por lesso receio Vossa Magestade ficar reduzido ao papel passivo e inerte do Grande Eleitor de Sleyés; não: quando muito realizará no Brazil o ideal da constituição ingleza, segundo a qual os reis deveriam comportar-se como se todos fossem rainhas, conforme uma feliz expressão de Mr. d'Ayon, na sua critica da obra de Lord Brougham — *The British Constitution*.

Isso teria, pelo menos, a vantagem de facilitar vossa missão midirosa, lançando sobre o vosso povo toda a responsabilidade do bom ou má governo do paiz; o qual seria melhor do que o statu quo, em que todo o bem é atribuído ao caidor e à humidade, sendo ao acaso ou à divina providencia, ao passo que todo o mal é lançado à vossa conta, apezar do art. 99.

Para um rei constitucional ficar sempre coberto perante a opinião, é forçoso dar ao ministerio o primeiro plano da scena política, e contentar-se com o segundo, como

ninda o anno passado vos contestei em uma festa de família, conforme uma longa noticia que li a respeito, se me não falha a memória, no *Jornal do Commercio* de 6 de Maio do mesmo anno.

A independencia do poder judiciario reclama ainda o acesso dos seus membros pela antiguidade absoluta, com uma incompatibilidade também absoluta, assim como a desclassificação do § 3.º do art. 102 para o art. 101, conforme pretendia Benjamin Constant no § 5.º do cap. I da sua obra — *Esquisse de Constitution*, que serviu de modelo á nossa, cujos redactores afastaram-se de seu guia neste ponto importante, não sei porque motivo.

A primazia do parlamento exige ainda, como consequencia dos §§ 9 a 13 do art. 15, que fiquem dependentes da approvação do poder legislativo o exercicio das atribuições conferidas ao executivo pelos §§ 7, 8 e 9 do art. 102, sobretudo da segunda, de que tanto se tem usado e abusado em nossos dias.

Além disso a ultima reforma eleitoral carece, para legitimar-se, da confirmação de uma Constituinte, attenta a constitucionalidade da sua materia que resulta, já da intelligencia literal do art. 178 (traduzida do principio do cap. 9.º da obra citada), já da definição de direitos politicos, dada por Benjamin Constant, nas tres primeiras linhas do cap. 7.º da mesma obra, cuja interpretação poda e deve ser considerada authenticata.

Finalmente, é preciso interpretar o art. 177 e determinar o sentido das palavras — governo — do art. 120 e — remover — do art. 165; assim como conciliar os §§ 15 e 23 do art. 179, e ampliar a exceção unica do § 22 do mesmo artigo, em relação ao elemento servil, para fixar-se o preço e determinar-se o modo da sua extinção, que não pode ser pretrahida indefinidamente, nem ficar á mercê dos agitadores internos, ou das sugestões officiosas, sempre incompetentes e pela mõe parte inespertas, dos sabios estrangeiros, que querem legislar para esta terra, como Rousseau para a Polonia, ou Locke para a Carolina.

A facultade geral de interpretar, conferida pelo § 8.º do art. 15 ao poder legislativo ordinario, só pôde referir-se ás leis também ordinarias, conforme o principio « *eius est interpretari, cuius est condere legem* », e prova-o o art. 25 do Acto Adicional, que, abrindo uma excepção para aquele caso, firmou a regra contraria: *quis de uno dicit, de altero negat*.

Nunca houve, pois, em nossa vida politica occasião mais oportuna, nem motivos mais ponderosos para ser convocada uma Constituinte do que actualmente.

Eu não creio que instituições seculares possam ser reformadas

transformadas de improviso a golpe de decretos; pelo contrario, atribúo a esse pre-concito os resultados negativos das grandes aspirações da revolução de 1789, e receio muito que a escravidão, suprimida por esse processo de sobre a nossa raça africana, resurja no dia seguinte por sobre a branca e a mestiga, que constituem a maioria do paiz.

A meu ver, estariamos muito mais adiantados, se o nosso governo, em vez de fazer baixar de throno essa agitação, que desde 1867 tenta conflagrar este povo mansuetto, bovesse mandado distribuir por todas as escolas primarias, como livro de leitura obrigatoria, a *Cabana do Pai Thomaz*, e outras obras semelhantes.

Entretanto, abri tem Vossa Magestade em traços geraes um plano pacifico e vasto, que altera, sem desorganizar o mecanismo dos poderes constituidos, facilitando a única reforma que vos merece atenção e benevolencia.

Restringi-me no strictamente necessário e não posso desenvolver o nosso carta; porque venho de longe, tenho pressa de acabar e receio mais parecer massento do que ser incompleto; principalmente quando, simples amador, dirijo a um oficial-projecto sobre materia de seu officio.

Excedi me talvez um pouco do plano primitivo; mas que quer Vossa Magestade?

Pretendi parecer sabio, quindando-me sobre os homens do meu desigual cicerone, e suspeito que elle abusou da cegueira da minha confiança illimitada, soprando-me algumas tolices, que por abri andam a correr mundo sob a minha responsabilidade anonyma.

Por baixo da pella do sabio mais grave ha muitas vezes uma veia de loucura, e no mais intimo delle existem quasi sempre algunes resquícios do estudante garoto.

Pelos vossos, d'aquem e d'alem, julgue Vossa Magestade do meu, si magna pars componere licet.

Dahi a consequencia: pretendi ser-vos ut l. e desconfio que pareci importuno, se não tornei-me odioso.

Caprichos la minha sorte, ou defeitos da vossa educação? Não sei.

Meu desejo era contribuir para fazer este paiz grande e este povo forte; Vossa Magestade não tem outro interesse, porque não ha rei Brobdingnag em terra de Lilliputa.

Mas o caminho que escolhi foi o da liinha recta, e eu proprio já confessei que, em politica, as curvas provam melhor.

Vossa Magestade afez se a tratar com homens que não usam encarar-vos, nem se quer quando vos recebem em sua casa, como deles-

gados exclusivos (5) do primeiro poder constituido, para ouvirem a fala do trono, durante cuja leitura Vossa Magestade costuma parar tres, quatro, muitas vezes, para encarar de frente os legisladores do paiz, e sempre desboldé; porque só encontra subditos apparentemente humildes e ouvintes cabisbaixos, que nem mesmo se sentariam sem licença de Vossa Magestade.

Eu assisti uma vez á essa cena para nunca mais voltar a vê... salvo o caso de ser obrigado a isto (6).

A realzez facinou os, ou a omnipotencia absteu-os?

Vossa Magestade não é anjo, nem férre, nem ersão que seja fatíscaro; porque, pois, deixarem-se fascinar?

A vossa omnipotencia mesma não parece obra da usurpação, agüera-se-me antes como effeito do abandono.

Para usurpar, era preciso luta; mas quem já resistiu depois de 1848? A geração mascula de 1831 parece que não deixou descendentes, ou deixou muito poucos.

Depois, resistir porque? Pela Patria?

Mas onde está ella?

Uma grande parte dos seus filhos não pôde trazer-a nem na cabeça, nem no coração; porque a excessiva actividade do estomago atrofiou um a outro.

Muitos parece que nem mesmo pelo estomago pôdem mover-se mais; porque a atonia geral dominou-os de todos os modos e por todos os lados.

O que resta, pois, é Vossa Magestade e sómente Vossa Magestade a pairar sobre este povo, como o espírito de Deus sobre as águas da criação.

Se no mundo moral as reacções fossem tão infelizes quanto no phísico, seria muito de rir ver que a reacção do paiz não se fizesse esperar nem fosse inferior a intensidade da vossa segão actualmente: mas o habito é uma seguda natureza e a natureza, segundo um preverbio escocês, puxa mais do que quem boia.

Porque, pois, hesitar Vossa Magestade, se tem compromissos com os sabios da Europa para suffocar

(5) Vossa Magestade não faz parte integrante do poder legislativo.

A saucção é o acto fiscal ou complementar, muitas vezes escusado e sempre dispensável nos termos do art. 65. A redacção de nosso art. 13, comparada com a do art. 41 do projecto da constituinte, confirma esta intelligência.

(6) Isto não impede que o nosso parlamento conte membros muito orgulhosos; porém a maior parte destes não vai lá nesses dias, e os que vão cedem sem se sentirem à força das gradilhas e à influencia do meio.

a escravidão dos pretos sob o guante do vosso poder pessoal?

Nós outros, os dyseccos, da propaganda, podemos suspeitar que do contubernio do despótismo com a escravidão não possa nascer a liberdade, mas o senso communum só tem de commum e nome.

A philanthropia idealista, sempre avida de obsequiar vos, a especulação política, sempre activa, e a inveja proletaria, sempre em via de fermentar, não deixarão de bater palmas, e, com certeza, farão muito mais barulho do que o resto da população aterrorizada, ou indiferente.

O Brazil é o Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro é a corte, e a corte é Vossa Magestade, portanto, Señor,

I quo te pedes rapimus ei aura.

Se a actual cámara respiugar, seja dissolvida e venha outra, que se converterá ao Sr. Dantas, como ele converteu-se á Vossa Magestade.

Feita por elle, não ha dyvida, e nova ha de vir obra-prima.

A laboura? Essa o Sr. Nabuco já disse, não organizaria resistência nem contra um batalhão de linha (em batalha campal provavelmente) e vós tendes muitos, que andam agora mesmo numa actividade soffregia de quem está sequido por entrar em campanha, ou esperando por isso.

Eu receio muito que a historia do abolicionismo venha a ter paginas ainda mais negras do que a do tráfico, porém esse receio não passa provavelmente da illusione sebastianista.

Que venha, pois, e quanto antes o decreto executivo (7) da abolição imediata e sem indemnização, concebido em um artigo unico e redigido nestes termos: « Não ha ja mais nem um escravo no solo brasileiro. »

Louvado seja Deus! Ah! tendes todos quantos possuo, cada qual com a sua arma, e mil graças vos sejam dadas por tantas que nos fazem.

Entretanto ainda uma graça, Senhor, e provavelmente a ultima, que vos supplicarei nesta ultima carta...

Substituimos a palavra escravo pela palavra — senhor — e abraçamo-nos todos os brasileiros, como outros tantos irmãos.

Enquanto houver senhor entre nós, haverá escravos; pretos ou

brancos, pouco importa, mas escravos em todo o caso: são duas idéias co-relatas e inseparáveis, como as de farto e propriedade.

O meio liberalismo é a quinta-essencia da hypocrisia, e Vossa Magestade é naturalmente o filho mais sincero, mais leal e mais generoso dessa patria extremecida, que só tem vivido por vós e para vós.

Eis, pois, defensor perpétuo do Brazil, a meia gloria só pôde satisfazer ás almas vulgares, e Vossa Magestade deve ser grande em tudo.

Não é uma revolução, que eu proclamo; é uma evolução que eu supplico-vos obediente, submisso, de joelhos como um ministro ingles; porque, Senhor, quando não houver mais nem um senhor no Brazil, terá cessado também a razão de ser da humilhante posse.

Um subdito fiel.

18 de Julho de 1884.

## A Pedido.

Ilm. Sr. Redactor.

Pego a V. S. a graga de publicar em seu conceituado jornal, os seguintes factos, e, para que pego a atenção das autoridades á quem por direito pertencer.

Em Outubro de 1881, apareceu em meu sitio, Apolinario, escravo de meu sobrinho o Sr. Alferes Agostinho Dias de Mello, dizendo-me ter retirado da companhia de seu senhor, por não aguentar o regimen de seus castigos; razão porq; procurou-me e pediu-me que por amor de Deus o comprasse; atendendo a este pedido, logo me dirijá a meu sobrinho, participando-lhe que o seu escravo estava em nossa casa, e, em vista do escravo ter muito terror de sua presença, achava bom que vendesse-me; tive por resposta que não vendia; encontrando, porém, eu com o honrado cidadão Bartholoméu Gonçalves de Queiroz, na freguesia de Santo Antonio, avisou-me que Agostinho, havia lhe oferecido a vender o escravo, porém, estando o dito escravo em minha casa e eu queria comprar que a mim preferia.

Ora neste caso, levantei-me pensamento de descobrir a razão porque isto se dava: inimizade, não é; para não fazer gozo do escravo, não sei; que não lhe pagaria o escravo, — também não é, porque, tenho o Sr. Agostinho, no anno de 1859 pedido-me 2.000\$000 — por emprestimo e dando-me a pagamento alguma consta resulta, que em refolha de letra firmou-me uma obrigação dia 6 de Fevereiro de 1878 de um conto quinhentos e

trinta e dous mil novacentos e quarenta reis (1.532\$940) dinheiro a premio de um por cento ao mes; no mesmo dia, porém, recebi um cartão por 132\$940, ficou 1.400\$000 com o mesmo premio; considerei então que o Sr. Agostinho, não pôde suspeitar-me, porém, fiquei com poder conhecer a razão porque devia de mim o negocio que commettsi á outra pessoa; fica isto ao alcance dos homens probos e ilustrados, visto como é quem poderá conhecer; com o dito aviso do leal Sr. Bartholoméu, tornai a escrever ao Sr. Agostinho, dizendo-lhe que precisavam liquidar o q' havia a proporção do negocio do escravo; respondeu-me que não vendia e que entregasse o escravo a seu sogro o Sr. Manoel Corrêa da Costa, quem conversando com o dito escravo ouviu de mim que não servia mais o Sr. Agostinho por motivos que lhe assiste; o prudente Sr. Corrêa, ouvindo-o deixou ficar o escravo.

Veio o Sr. Antônio Corrêa da Costa, cunhado do Sr. Agostinho, para levar o escravo, — presente-o e dizendo-lhe porque não hia deixar ficar. Veio então no dia 16 do corrente o mesmo Sr. Agostinho, e entrando-nos em negocio do escravo, perguntou-me quanto dava pelo escravo, além dos jornaes, — respondi com franqueza que importando o que me deve em dous contos trezentos e cinqüenta e dois mil reis (2.352\$000) achava assim bom para nós ambos e ainda para elle melhor; respondi-lhe que se quisesse eu ficar com o escravo priscava dar-lhe a sua obrigação e mais setecentos mil reis, ficando assim todo por 3.052\$000 I porque pretendia ir-me em juizo o jornaes de 1500 diário; ora, tenho aqui um outro escravo alugado de meu irmão e padrinho o Sr. José da Costa Campos, 150\$000 por anno, rapaz que não terá 30 annos, ruivo e bom de serviço; não quis finalmente o Sr. Agostinho, concordar nela mesma dizendo-lhe que eu libertava o escravo juntos com os mais q' tenho por uma escritura condicionalmente por seis annos de serviço e nem mesmo quiz acitar a sua obrigação de 2.352\$000, pelo valor a os jornaes do escravo com condição de passar já carta de liberdade ao escravo, nada, nada quiz o Sr. Ago tinha!!!

O escravo ouvindo nossas conversas e pelo medo do homem rancoroso como mostra, não amanheceu; e aparecendo depois da retirada do Sr. Agostinho e reiterando-me o seu pedido: delibero como deliberado já havia a dar como dado tenho a Apolinario escravo do Sr. Agostinho Dias de Mello, a importância de 1.452\$000, — tirados do valor que me é devedor o dito Sr. Agostinho para LIBERDADE do dito Apolinario, ficando de saldo a meu favor 300\$000 para ser aplicado

Nos jorões do Apolinario do tempo em meu poder.

Fogo, portanto, a intervenção das Exmas autoridades quem mandará o que for mais acertado.

Mostra a phymenomina do Apolinario ser muito maior de 40 annos — não tem officio e é dono de uma perna.

Esta aqui Apolinario publicamente como sempre esteve e estará de hora em diante d'ondo ordenar a competente autoridade.

Declarando mais que da hoje em diante não me obrigo por nenhum jornal por me parecer que quem !:4523000 como tem Apolinario, NÃO PODE SER MAIS ESCRAVO

Fazenda de S. Miguel, 18 de Outubro de 1884.

Antonio de Moraes Belgado.

#### AGRADECIMENTO.

Faltava um sagrado dever, e trahiria meus a minha consciência e de meus filhos, se deixasse de vir pelo orgão da imprensa tributar immorendoura gratidão aos muito dignos facultativos os ilustres Sres. Doutores Dornavil José dos Santos Malhado, Augusto Novis e ao meu velho compadre e amigo José Antônio Mustinho, pelos caridosos desvelos, que empregaram para salvar a minha extremada esposa D. Anna Luiza Monteiro, embora baldados fossem os recursos que a ciência aconselha.

Assim, pois, querido os mesmos Sres. Doutores, aceitarem a transição felizes corações e graças, que não sabendo lhes enganar, sabem comodo ser reconhecidos, tanto mais quando vêm que esta delicada solicitude e desinteresse, estão acima de toda retribuição, e por isso mesmo mesmo superiores ao crédito de eterno reconhecimento, que neste momento lhes assegurão

João Bonifácio Monteiro e seus Filhos.

Cuyabá, 24 de Outubro de 1884.

## Poesia.

#### A minha filha.

Uma lagrima se orvalha em teu sidereo leito.

(HUGO LEAL.)

E na campa da saudade  
Que terror a piedade,  
Encontro o pobre mortal;  
Que vento frio, abatido,  
Com o véu da luto, — vestido—  
Chorar a perda fatal.

Não tenho nadi — d'este mundo:  
Vou ao abysmo profundo,  
A mansão celestial;  
— Se me resta a etiol serie  
De lamentar a dura morte  
D'esse anjo som rival !

Quando alegre e prazenteira  
Nas sombras das laranjeiras,  
Se animava o seu viver;  
Era alegre a vida minha,  
O — amor — meu poiso tinha,  
Minh'alma tinha prazer.

Quando o sol com dubios raios,  
E' esconde com domínios,  
Nos horizontes azuis;  
Ela com meiga candura,  
Affagava, com ternura,  
A minha mente sem luz.

Haja, inerte, jaz na campa,  
Da fria leusa — que tampa.  
Seu cadáver — a dormir  
O sonno eterno da morte,  
Me deixando a triste sorte  
De amarga vida — carpir !

Cuyabá, 29 de Outubro de 1884.

Luis Theodore Monteiro.

#### Meu anjo, acordas.

Meu anjo acorda — eucita o prauo:  
Tão puro e santo de quem te ama ;  
Ouve, no menos, o meu triste canto,  
Vê quem padoca, quem por ti só chama.  
  
N'uma noite destas, em que o luar é claro,  
Baro não é eu dirigir-te a voz :—  
Canto as longe — as alto estás dormindo,  
Já que não posso te falar à sós...

Oeucho, ao menos, de talhão fraca voz,  
Ouve, meu anjo, como um gemido,  
Mas, não despreze o som de minha alma,  
Vê — é real, nunca foi fingido...

Ah ! não acordas dessa pesadelo ?  
Nenhum anhelo pédes dispensar-mi ?  
Pois eu ralio, parto para longe.  
E assim tu a uncs poderás matar-me...

Cuyabá, 15 de Outubro de 1884.

A. B. C.

#### ACROSTICOS.

**A**isonha, bella, cuso a ti dizer,  
Imagem casta que jamais eu vi;  
Tens tal primor q' qual um bouquet,  
A lorras a sala em q' estás faceira.

#### B

E' gentil, vaporosa como a neve,  
E' dico tem seu todo flexivel,  
Amata no andar ao colibri,  
Sugando o mel silvestre de mil flores,  
A morena q' o nome aqui termina.

28 de Setembro de 1884.

Quem será ?

(Extrahido de um album.)

## Anuncios.



#### Mesemas por ella nós vos regamos.

**J**oão Bonifácio Monteiro, Luis Theodore Monteiro, Jo-  
ão David Monteiro, alferes Francisco José de Coete, D.  
Anna Frakel de Coete, D. Maria Maduvigore Monteiro.  
**D.** Maria de Carmo Monteiro, B. Antonia Constanta Monteiro, D. Amalia Amelia Monteiro, Gabriel Ricardo Monteiro, José Henrique Monteiro e Biacmer Alvaro Monteiro, marido, filhos e genro da fada D. Anna Luiza Monteiro, sob a dolorosa impressão d'este infame suocesso, agradecem a todos os possentes que tiveram a bondade de tomar parte em sua affluição, e rogam aos parentes e amigos da mesma fada, o obsequio de assistirem a missa de trigésimo dia que fazem celebrar no dia 4 de Novembro vindouro, às 7 1/2 horas da manhã no Cemiterio de N.S. da Piedade; confessando desde já extremamente reconhecidos. Cuyabá, 29 de Outubro de 1884.

#### O inverno e a saúde.

Nesta estação, as molestias das vias respiratórias constituirão geralmente uma verdadeira calamidade pública. N'este inverno, porém, elas fizaram muito menos vítimas, e os falecimentos, ocasionados por estas afecções, diminuíram em proporções agradáveis aos philanthropos. O boletim municipal de estatística prova o oficialmente, e há unicamente em atribuir este feliz resultado às Gouttes Livoniennes que, em toda a parte, subtraem os remedios empregados para combaterem estas molestias.

Effectivamente as Gouttes Livoniennes, compostas de uma mistura científica de alicantes, balsamo de Tolu, e orangota de Guile, tres dos mais activos medicamentos, têm ação physiologica; elles curam promptamente e com certeza científica, delfexo, tosse, bronchite, catarrho, asthma, eufartas pulmonares, escarros de sangue, e thysica.

A composição deste remedio é engenhosa e sabia; mas o que torna as Gouttes Livoniennes ab-

solutamente unicas, é a sua ação fortificante e regeneradora sobre o estomago, e a propriedade que possuem de fortalecer as forças vitais, e impedir o desenvolvimento da molestia. O Carimbo de garantia do Estado francês lhes dá um carácter de absoluta authenticidade. Duas destas capsulas, pela manhã e à noite, bastam para triumphar dos casos mais rebeldes. O frasco de sessenta gotas capsuleadas se acaba, á retalho, em todas as boas pharmacias. Deposito por atacado em casa dos Srs. Trouette — Perret, 163 e 165, Rue Saint Antoine — PARIS.

#### Um conselho per dia.

A chegada do inverno, a imprensa tem de cumprir uma verdadeira missão. E' a de indicar ao público o remedio mais efficaz para combater as terríveis molestias das vias respiratórias. E' unanim e imprensa em recommendar as Gouttes Livoniennes da Trouette Perret que constituem verdadeira descoberta científica. Um frasco de 3 francos basta geralmente para curar tosse, bronchite, catarrho, asthma e até a thysica.

Este precioso medicamento se acha em todas as pharmacias.

Jean de Paris.

(Extrahido do « Figaro ».)

#### AS GOUTTES LIVONIENNES

de

#### TROUETTE-PERRET,

Curam radicalmente deduzos, bronchites, catarrhos, e outras molestias das vias respiratórias; elles fazem imediatamente parar a tosse, e, longo de causarem o estomago, o fortificam, reconstituem, e alrem o appetite, graças aos principios amargos que contêm.

As Gouttes Livoniennes são absolutamente unicas como eficacia, pois que duas capsulas, pela manhã e à noite, bastam para triunfar rapida e certamente das casas mais rebeldes.

Encontra-se o frasco em todas as boas pharmacias. Deposito geral em Paris, na casa Trouette Perret, 163 e 165 Rue Saint Antoine.

(Extrahido de um album.)